

Capítulo 3

Perspectiva histórica da evolução do conceito de museu em Portugal

João Brigola

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LOPES, MM., and HEIZER, A., orgs. *Colecionismos, práticas de campo e representações* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 280 p. Ciência & Sociedade collection. ISBN 978-85-7879-079-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

3.

Perspectiva histórica da evolução do conceito de museu em Portugal

João Brigola¹

O acto humano de coleccionar objectos - aos quais é retirado valor de uso e atribuído, em contrapartida, valor simbólico - constitui, em si mesmo, o fundamento antropológico da atitude museológica. Uma vez integrado numa colecção, o objecto, subtraído à usura física e investido de significações, proporciona contemplação, deleite e estudo. A história do coleccionismo tem identificado os mais diversificados testemunhos desta actividade, presente no território da península Ibérica desde, pelo menos, a cultura megalítica.

Tem sido possível documentar a existência de colecções, desde a fundação da nacionalidade e ao longo de todo o período medieval, através de inventários e de testamentos da Casa Real e da nobreza, assim como dos bens da Igreja, em mosteiros, conventos, catedrais, igrejas de peregrinação, paróquias, ermidas e capelas. Provenientes de instituições religiosas, muitos destes bens artísticos, arqueológicos e científicos, considerados entesouramento sagrado, persistiram até aos nossos dias protegidos pelo apego comunitário das populações, caso dos tesouros das Sés de Braga, Coimbra e Évora.

O Renascimento conheceu a formação de colecções recolhidas pelos humanistas, cujo inventário geralmente associava a *classificação* e a *datação* como elementos descritivos. Os coleccionadores deste período histórico - príncipes da Igreja e do Estado, e eruditos - interessaram-se sobremaneira pela recolha de espécimes arqueológicos, epigráficos, numismáticos, artísticos, naturais e científicos. As mais

¹ *Professor Universitário. Historiador e Museólogo. Director Geral do Instituto dos Museus e da Conservação, Ministério da Cultura de Portugal.*

famosas iniciativas museológicas deste período devem-se ao 1º Duque de Bragança, D. Afonso, a D. Pedro de Avis, ao Arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa, a André de Resende, a D. João de Castro, a António de Gouveia, a Damião de Góis, e a Garcia de Orta. Também o Paço Real da Ribeira, ao tempo de D. Manuel, albergou uma rica recolha de *naturalia* e *artificialia* provenientes dos novos mundos. Já em meados do séc. XVII, a par de pinacotecas existentes em casas nobres e religiosas, destaca-se D. Luís de Menezes, 3º Conde da Ericeira, autor do *Portugal Restaurado*, que iniciou, no Palácio da Anunciada, em Lisboa, um Gabinete de curiosidades naturais, bem como uma biblioteca que chegou a possuir mais de quinze mil volumes e que se achava ornamentada com globos, instrumentos matemáticos e colecções de antiguidades e de numismática.

O reinado de D. João V representou, no campo museológico, tal como nos domínios da cultura e da ciência, uma tentativa de acerto com o passo europeu. O monarca instituiu, em 1720, a Academia Real da História Portuguesa e, no ano seguinte, através do *Alvará sobre a conservação de monumentos antigos*, atribuiu aos académicos e aos sócios correspondentes a missão de salvaguarda do património edificado e, sobretudo, a dos bens culturais móveis. Desta actividade resultaria a recolha de grande número de objectos arqueológicos em mármore e em vários metais, descobertos em escavações casuais em diversas partes do país. Com esses objectos formou-se, no edifício do Paço dos Duques de Bragança, aquilo que José Leite de Vasconcelos designou de “primeiro museu nacional de arqueologia”. As iniciativas da Coroa, e de eruditos, de aristocratas e de clérigos, de acordo com as características dominantes no coleccionismo barroco, dirigiram-se igualmente para as obras de arte em geral, para as pinturas em particular e, sobretudo, para a numismática e a medalhística. Também é possível documentar o interesse pela aquisição de espécimes da natureza, bem como a permanência da cultura da curiosidade, o acumular desordenado de objectos maravilhosos: as *naturalia* e as *mirabilia*. Destes objectos armazenados em gabinetes de erudição curiosa e em galerias de arte pouco restou, além da sua memória arquivística, devido à completa devastação ocorrida em 1755 do Paço Real da Ribeira e do Paço dos Duques de Bragança, ao Chiado, bem como de inúmeros palácios e conventos de Lisboa, entre os quais deve ser destacado o Palácio da Anunciada, propriedade de D. Francisco Xavier de Menezes, 4º Conde da Ericeira.

Com o modelo pombalino de Ilustração, entendido à luz da teoria política do Absolutismo Esclarecido, ganharam vigor as iniciativas estatais: os museus de história natural e jardins botânicos da Ajuda (1768) e os da Universidade de Coimbra (1772). A educação filosófica do Príncipe

e a reforma da universidade explicam a urgência do ensino e difusão das ciências físicas e naturais. A observação directa dos seres e dos objectos e o experimentalismo como metodologia educativa impuseram a construção de equipamentos museológicos, tomando nova dimensão o próprio conceito de *Museu*. Alargaram-se os públicos e abriram-se portas num dia fixo da semana; sofisticaram-se os equipamentos - livraria, casa do risco, laboratório, salas de preparação, armazém; contrataram-se especialistas estrangeiros e funcionários permanentes; organizaram-se expedições científicas aos territórios continental e ultramarinos (as *Viagens Philosophicas*) e envolveu-se a nossa diplomacia na rede internacional de aquisições.

No período pós-pombalino adquiriu impressionante vitalidade o coleccionismo privado de cariz não exclusivamente, mas predominantemente, naturalista: os gabinetes de aristocratas e de eruditos (Angeja, de Visme, Balsemão, Vasconcelos, Cáceres, Araújo, Rey e Sampaio); os gabinetes de eclesiásticos (Caetano do Bem, José Mayne, Manuel do Cenáculo); os gabinetes de medalhas e antiguidades (Vidal da Costa e Sousa e o da Livraria Pública). Contudo, para os finais da centúria de setecentos, parece instalar-se a consciência de que a designação de 'Museu' se devia reservar para iniciativas que envolvessem uma dimensão - e uma ambição - que superassem a realidade mais chã do vulgar coleccionismo privado de amadores e eruditos. A 'Museu' passou-se a associar um espaço de exibição fisicamente mais vasto, dotado de um quadro de profissionais, e assumindo obrigações permanentes para com o público. Ou seja, a designação 'Gabinete' passava a reflectir a realidade de um coleccionismo de particulares que não cumpria, genericamente, o triplo alcance *público, permanente e profissional* das colecções suportadas pelo Real Erário (Ajuda e Coimbra) ou dos casos excepcionais dos «museus» do padre-mestre Mayne e do arcebispo Cenáculo, libertos das contingências desagregadoras dos patrimónios familiares.

Já com a sociedade liberal, factores históricos (implantação do constitucionalismo, extinção dos conventos e nacionalização dos bens da Igreja) e a adopção de novos valores culturais (exaltação da história nacional, gosto romântico, conceito de monumento histórico-artístico) conjugaram-se na emergência de novas realizações museológicas que traduziam mudanças na natureza das colecções. De par com os objectos da história natural e dos artefactos etnográficos - recolhidos nos museus da Ajuda, da Universidade, da Academia das Ciências, na Escola Politécnica de Lisboa e na Academia Politécnica do Porto - insinuava-se, com autonomia museal, o objecto artístico e o arqueológico. O período da monarquia constitucional - cujas balizas cronológicas

correspondem à criação do Museu Portuense (1833) e à do Museu dos Coches (1905) - conheceu um florescente movimento de abertura de instituições museológicas por todo o país, rompendo-se com a acentuada macrocefalia das épocas anteriores, e evidenciando uma concepção de 'Museu' enquanto centro de estudo, inventário e catalogação de colecções. As colecções artísticas assumiram um papel central nas preocupações museológicas de particulares (galerias de João Allen, Pedro Daupias, Monteiro de Carvalho, Alfredo Keil, do rei D. Luís), do Estado (Museu Real de Bellas Artes e Archeologia, às Janelas Verdes, e Museu da Academia de Belas Artes do Porto, no Convento de S. António) e da Igreja (Museu de Arte Sacra, na Sé Nova de Coimbra). Também radica neste período a génese de três instituições da museologia aplicada às Ciências da Natureza: o Jardim Botânico da Escola Politécnica de Lisboa, o Jardim Zoológico e de Aclimação de Lisboa e o Aquário Vasco da Gama. Outras importantes iniciativas museológicas de cariz artístico, histórico, arqueológico, etnográfico e científico, cuja influência se prolongou até aos nossos dias, ficaram a dever-se, entre outros, a Possidónio da Silva, a Martins Sarmento, a Santos Rocha, a António Augusto Gonçalves, a Francisco Tavares Proença Júnior, à instituição militar com o Museu de Artilharia, aos Serviços Geológicos, à Sociedade de Geografia de Lisboa, e, sobretudo, à acção teórica e pedagógica de José Leite de Vasconcelos.

Com a implantação da República foi reforçada a vontade política e legal de dar corpo e coerência a uma rede de museus nacionais e regionais, de acordo com uma visão pedagógica, patrimonial e artística que se queria essencialmente divulgadora e descentralizadora. Entre 1912 e 1924 criaram-se treze museus regionais (de arte, arqueologia, história e numismática), ainda que quase todos derivados de iniciativas já conhecidas no período anterior. Criaram-se dois museus nacionais (o de Arte Antiga e o de Arte Contemporânea), assim como museus de tipologia inovadora: Museu da Cidade de Lisboa, Museu Escola João de Deus, Museu Antoniano e várias casas-museu, nomeadamente a Casa dos Patudos de Alpiarça, concebida pelo arquitecto Raúl Lino para albergar a colecção de arte de José Relvas e aberta ao público depois da sua morte. O Museu dos Coches, criado em 1905 por iniciativa da rainha D. Amélia, foi elevado em 1911 à categoria de museu nacional.

O quadro museológico do Estado Novo, desde os anos trinta até aos anos sessenta, tem que ser encarado à luz dos princípios ideológicos do regime, nomeadamente o do restauro interpretativo do património edificado e o do comemorativismo nacionalista. É neste contexto que surgiram iniciativas como a instalação, no Porto, do Museu Nacional

Soares dos Reis, o lançamento de um plano de museus regionais etno-gráficos, e as actividades museológicas associadas às Comemorações Centenárias (1940), de que é exemplo o Museu de Arte Popular (1948). Em inquérito realizado nos anos trinta, pelo Museu Nacional de Arte Antiga, identificavam-se três museus nacionais, sete regionais e outros trinta e três espalhados pelo País, dos quais vinte e dois dependentes das Câmaras Municipais, dois de Comissões de Iniciativa e Turismo, dois pertencentes às Juntas Gerais dos Distritos, dois ligados a Misericórdias, três particulares e, ainda, o Museu da Casa de Nazareth e o Museu Camiliano. No decorrer da década de quarenta merece particular relevo por ter constituído à época facto inédito na história dos museus portugueses a instalação do Museu José Malhoa, das Caldas da Rainha, em edifício construído de raiz. A partir da década de sessenta factores vários de ordem interna e externa proporcionaram novas visões patrimoniais e museológicas, quer em termos legislativos (Decreto 46758), quer associativos (Associação Portuguesa de Museologia, criada em 1965), quer mesmo de novas propostas museais, de que é exemplo cimeiro a inauguração do Museu de Calouste Gulbenkian (1969). É neste contexto que é organizado e programado o Museu de Etnologia do Ultramar que, apesar de datar de Março de 1965 o decreto que o criou e lhe fixou o estatuto, só viria a abrir as suas portas ao público depois da Revolução de 25 de Abril, passando a denominar-se Museu Nacional de Etnologia.

Com o regime democrático fundado em 1974, assistiu-se a um renovado interesse pelo património natural e cultural, que, por um lado, originou a protecção e musealização de numerosos sectores da paisagem portuguesa e, por outro, veio a culminar numa verdadeira explosão museal, para a qual contribuiu sobremaneira a iniciativa comunitária de populações e de autarquias locais. Deste movimento haveria de resultar o fenómeno da 'municipalização' do universo museológico já que, na verdade, as administrações regionais e locais (regiões autónomas, assembleias distritais, câmaras municipais, e juntas de freguesia) tutelam hoje um segmento significativo dos museus existentes no País. Novas tipologias nascidas a partir de experiências museológicas nitidamente inspiradas nas linhas doutrinárias da chamada Nova Museologia e marcadas por um conceito mais abrangente de património - associado aos conceitos de cultura material, comunidade, território e identidade - caracterizaram essencialmente as décadas de oitenta e noventa. É neste contexto que deve ser assinalado a criação, em Lisboa, do Movimento Internacional por uma Nova Museologia (MINOM, 1985), assim como o movimento de revalorização do património natural, científico e técnico-industrial, o qual foi acompanhado pelo exemplar protagonismo das

universidades e, também, de muitas empresas na salvaguarda dos patrimónios edificado, móvel e documental provenientes da sua actividade profissional. Experiências museológica e socialmente mais inovadoras valeram a museus portugueses prémios internacionais, nomeadamente o de *Museu Europeu do Ano*, no âmbito do Conselho da Europa, a partir de 1978. Entretanto, o País passou a ser regularmente confrontado com a responsabilidade de organizar grandes eventos internacionais de incidência cultural, os quais têm genericamente constituído estimulantes experiências no campo museológico e museográfico e proporcionado a abertura de novos espaços expositivos, tais como a XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura (Conselho da Europa, 1983), Europália (1991), Centro Cultural de Belém (1992), Lisboa Capital Europeia da Cultura (1994), Exposição Mundial de Lisboa (1998), Porto Capital Europeia da Cultura (2001), sem esquecer a acção notável e constante, a esse nível, da Comissão dos Descobrimentos, de 1992 a 2002. Os últimos anos têm também sido marcados pela pulverização de iniciativas de índole museológica de qualidade por vezes muito desigual. Esta situação, decorre, em grande medida, de uma intencionalidade inerente ao conceito de "museu-âncora" - instrumento ao serviço do desenvolvimento de populações e de territórios carenciados. Se há traço que caracterize o panorama museológico lusitano é o da necessidade de consolidação de experiências qualificadas ao invés da expansão de novos espaços museais sem capacidade de sustentabilidade futura.